



Organização Social de Cultura



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

24. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 2f, durante o exercício de 2014, a Associação corrigiu um erro no resultado do exercício referente a exercícios anteriores associado ao reconhecimento das subvenções e assistências governamentais, seguindo as orientações da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12, o qual define que as subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do passivo. O efeito total de anos anteriores registrado no resultado do exercício de 2014 foi de R\$ 2.906.504, registrado em contrapartida nas rubricas de “Projetos a executar” no montante de R\$1.344.076 e “Obrigações com o Estado - Imobilizado” no montante de R\$ 1.562.428 no passivo.

Desta forma, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não estão apresentadas seguindo as práticas contábeis brasileiras e, conseqüentemente, divergem, em sua apresentação, das demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto referente a comparabilidade dos valores correspondentes ao exercício de 2014, descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2





Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Associação dos Artistas Amigos da Praça (“Associação”), foi constituída em 10 de junho de 2010, sendo uma Associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos:

- a. Desenvolver e administrar projetos sócio-educacionais, culturais e institucionais;
- b. Valorizar a arte e a educação como agentes da transformação social, discutindo questões como, ética, cidadania, inclusão, diversidade e autonomia;
- c. Promover intercâmbios e estágios com Associações públicas e privadas, nacionais e internacionais, com ou sem fins lucrativos, entre os diversos segmentos artísticos como, artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outros;
- d. Compartilhar com a população os resultados obtidos em suas diversas iniciativas oferecendo atividades culturais de qualidade;
- e. Oferecer á população atividades de formação e difusão cultural em diversas áreas das artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outras;
- f. Fomentar as atividades artísticas, culturais e educacionais;
- g. Irradiar e fomentar idéias e ações para outras localidades a partir do histórico de intervenções artísticas já realizadas na Praça Roosevelt e seu entorno;
- h. Produzir e lançar bens culturais, tais como: espetáculos teatrais, exposições, publicações, registros audiovisuais e outras atividades e eventos que atendam os objetivos da Associação;
- i. Criar uma rede de relações na qual os alunos de seus diversos departamentos trocarão saberes e competências;
- j. Oferecer à população o acesso gratuito à biblioteca, arquivos e espaço de exposições; a. Prestar serviço de consultoria, curadoria e assessoria para cursos e atividades afins;
- k. Gerenciar e explorar os imóveis e equipamentos cujo uso lhes for permitido, utilizando-os exclusivamente para o fim especificado, vedado o seu uso de forma diversa e ou para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-los ou transferi-los, no todo ou em parte a terceiros, exceto quando expressamente autorizado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto 43.493 de 04 de junho de 1.998, pelo qual, através do processo SC 155977/2013, da Secretaria da Cultura, com fundamento na Lei Complementar nº 846/98, o Governador do Estado qualificou ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça como organização social da área da cultura, de modo a habilitar-se à celebração do contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes.



Em 1 de julho de 2011, a Associação formalizou junto à Secretaria de Estado e Cultura do Governo do Estado de São Paulo, o primeiro aditivo ao Contrato de Gestão referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços com o objetivo de fomentar e operacionalizar a gestão e execução de atividades e serviços na área de formação e das artes cênicas.

Vide dados sobre o contrato de gestão na Nota Explicativa nº 6.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 23 de fevereiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº14 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



f. **Alteração de política contábil**

Até o exercício findo em 2013 o reconhecimento das subvenções e assistências governamentais eram reconhecidas no resultado do exercício. Visando o atendimento integral ao pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e à Interpretação ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, em 2014 a Associação alterou a política contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e de obrigações para com o Estado. Dessa forma, a partir do exercício de 2014, nas ocasiões em que a entidade recebe um recurso, cujo valor ainda não tenha sido gasto, constitui-se um passivo correspondente e quando há utilização dos recursos vinculados para aquisições de bens dos ativos imobilizado e intangível também é constituída uma obrigação com o Estado - Imobilizado no passivo não circulante. Vide nota explicativa 3b com os critérios de reconhecimento de receita adotados atualmente pela Associação.

A Associação acredita que o reconhecimento da receita de acordo com a ocorrência das despesas apresenta informações mais relevantes sobre a performance da Associação e também uma melhor apresentação de sua situação patrimonial e financeira. A correção de tal prática visou buscar a consistência com entidades semelhantes que possuem atividades de gestão de projetos sociais, no entanto, a Associação optou pela adequação da política contábil de forma prospectiva, reconhecendo no resultado do exercício de 2014 o efeito da mudança de política contábil, não observando a retificação de erro de períodos anteriores de forma retrospectiva, conforme requerido pelo CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O efeito total de anos anteriores registrado no resultado do exercício de 2014 foi de R\$ 2.906.504, registrado em contrapartida nas rubricas de "Projetos a executar" no montante de R\$1.344.076 e "Obrigações com o Estado - Imobilizado" no montante de R\$ 1.562.428 no passivo.

3 **Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. **Instrumentos financeiros**

(i) ***Ativos financeiros não derivativos***

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.



Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

A partir do exercício de 2014, o reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.



(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Software	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.



h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2015 a Associação registrou o montante de R\$ 150.000 referente a trabalhos voluntários.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Associação estão mencionadas abaixo. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.



A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Recursos vinculados a projetos

	2015	2014
Caixa	3.521	5.058
Banco conta movimento	1.816	1.419
Aplicações financeiras	291.501	2.663.993
	<u>296.838</u>	<u>2.670.470</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 90% a 91% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96% a 94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2014).

Os recursos vinculados a projetos refere-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

5 Contas a receber

	2015	2014
Contas a receber do centro Paula Souza	900.000	-
Outras contas a receber	2.000	-
	<u>902.000</u>	<u>-</u>

Em 26 de novembro de 2015 a Associação firmou contrato de prestação de serviço de formação continuada em metodologias para o trabalho docente com uso de linguagem teatral e dinâmicas lúdicas para a instituição estadual “Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS.

6 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	2015	2014
Móveis e utensílios	10%	729.494	(301.961)	427.533	490.385
Máquinas e equipamentos	10%	869.985	(341.421)	528.564	616.809
Equipamentos de informática e comunicação	20%	564.175	(391.816)	172.359	243.399
Outros		332.894	(110.298)	222.596	301.049
		<u>2.496.548</u>	<u>(1.145.496)</u>	<u>1.351.052</u>	<u>1.651.642</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Movimentação do custo				
Móveis e utensílios	719.746	9.748	-	729.494
Máquinas e equipamentos	867.458	2.527	-	869.985
Equipamentos de informática e comunicação	558.918	6.107	(850)	564.175
Outros	328.516	4.378	-	332.894
	<u>2.474.638</u>	<u>22.760</u>	<u>(850)</u>	<u>2.496.548</u>

Depreciação

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Movimentação da depreciação				
Móveis e utensílios	(229.361)	(72.600)	-	(301.961)
Máquinas e equipamentos	(250.649)	(90.772)	-	(341.421)
Eq. de informática e comunicação	(315.519)	(76.545)	248	(391.816)
Outros	(27.467)	(82.831)	-	(110.298)
	<u>(822.996)</u>	<u>(322.748)</u>	<u>248</u>	<u>(1.145.496)</u>
Saldo líquido	<u>1.651.642</u>	<u>299.988</u>	<u>(602)</u>	<u>1.351.052</u>

	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Movimentação do custo				
Móveis e utensílios	702.430	17.316	-	719.746
Máquinas e equipamentos	747.040	120.418	-	867.458
Equipamentos de informática e comunicação	558.215	703	-	558.918
Outros	571	327.945	-	328.516
	<u>2.008.256</u>	<u>466.382</u>	<u>-</u>	<u>2.474.638</u>

Depreciação

	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Movimentação da depreciação				
Móveis e utensílios	(157.654)	(71.707)	-	(229.361)
Máquinas e equipamentos	(166.124)	(84.525)	-	(250.649)
Eq. de informática e comunicação	(203.793)	(111.726)	-	(315.519)
Outros	(89)	(27.378)	-	(27.467)
	<u>(527.660)</u>	<u>(295.336)</u>	<u>-</u>	<u>(822.996)</u>
Saldo líquido	<u>1.480.596</u>	<u>171.046</u>	<u>-</u>	<u>1.651.642</u>



- **Valores recebidos/captados** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar (Vide Nota Explicativa nº 3.b - práticas contábeis).
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2015 foram preparados e encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 15 de Abril de 2015, em 16 de Julho de 2015 e 15 de Outubro de 2015, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviado em fevereiro de 2016.

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão No 09/2013 tem por objeto o fomento, operacionalização e gestão de atividades e serviços relacionados ao teatro, com processo de formação em artes cênicas, com ênfase em teatro, buscando crescimento artístico, técnico e pessoal, além de cursos de extensão cultural, com as vertentes de iniciação, reflexão e produção, com acesso às etapas de base, aprofundamento e viabilização do fazer artístico com ênfase nas artes cênicas.

O atual Contrato de Gestão foi assinado em 27 de dezembro de 2013 com vigência de 01 de janeiro de 2014 até 30 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$ 72.536.175.

Por meio do 2º Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 30 de julho de 2015, o seu valor global foi ajustado para R\$ 69.976.667, com expectativa de repasses anuais de:

Em 2014	R\$ 15.109.468
Em 2015	R\$ 10.681.024 (a)
Em 2016	R\$ 16.335.000
Em 2017	R\$ 17.968.500
Em 2018	<u>R\$ 9.882.675</u>
	<u>R\$ 69.976.667</u>

- (a) Ao longo do exercício de 2015 a secretária repassou um valor menor sendo R\$ 9.831.613. A diferença do valor estipulado em contrato e o valor efetivo do repasse, será objeto de repasse em 2016, caso não seja efetuado em sua totalidade, a Entidade terá um novo aditamento de contrato.



8 Salários, férias e encargos sociais

	2015	2014
Provisão de férias	516.262	464.771
INSS a recolher	247.176	237.393
IRRF a recolher	74.593	67.661
FGTS a recolher	41.262	37.136
PIS a recolher	11.619	10.975
Outros	-	67
	890.912	818.003

9 Provisão para contingências

A Associação não é parte (pólo passivo) em nenhuma ação judicial em 31 de dezembro de 2015, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica.

10 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2015 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$ 150.000, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3(i).

11 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

12 Receitas operacionais

	2015	2014
Contrato de gestão	11.741.048	12.957.762
Receita com prestação de serviços - Paula Souza (nota 5)	900.000	-
Rendimento de aplicações financeiras	401.312	288.503
Trabalho voluntário	150.000	-
Outros	170.863	82.290
	13.363.223	13.328.555



13 Despesas com pessoal

	2015	2014
Salários	3.718.788	3.521.948
Encargos sociais	1.665.320	1.637.121
Benefícios	1.143.698	1.143.132
Férias	463.769	408.890
Serviços de autônomos	345.396	403.941
Décimo terceiro salário	337.141	312.149
Outros	99.301	83.847
	<u>7.773.413</u>	<u>7.511.028</u>

14 Despesas com prestadores de serviços

	2015	2014
Artistas convidados	1.285.273	1.381.823
Vigilância e segurança	304.485	257.018
Limpeza e higiene	291.829	201.019
Assessoria e consultoria contábil e jurídica	158.031	198.718
Informática	130.389	117.240
Outros	78.073	129.497
	<u>2.248.080</u>	<u>2.285.315</u>

15 Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Bolsas auxílio	822.284	918.694
Aluguel	691.665	682.894
Manutenção	283.709	151.970
Água, luz, internet e telefone	187.428	215.127
Doações de ingressos SP Escola	85.265	70.025
Intercâmbios e viagens	79.122	172.914
Materiais para aula e cursos	63.601	461.326
Despesas com transportes	59.488	118.606
Filmagens e produções	55.600	57.800
Material com itens de consumo	43.792	69.100
Despesas com eventos	2.000	63.419
Outros	249.190	220.109
	<u>2.623.144</u>	<u>3.201.984</u>

16 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.



Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. h



17 **Avais, fianças e garantias**

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2015 e 2014.

18 **Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

* * *

Ivam Cabral
Diretor Presidente

Fernando Amorim Vieira
Contador - CRC 1SP244135/O-3